

INTRODUÇÃO.....	15
QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	23
Delimitação do problema de pesquisa	23
Metodologia.....	26
Estrutura	27
<i>Capítulo 1</i>	
CONSEQUENCIALISMO E DIREITO.....	29
1.1. Consequencialismo moral, jurídico e judicial	29
1.1.1. Consequencialismo moral.....	29
1.1.2. Consequencialismo jurídico e judicial	32
1.2. Estrutura normativa do argumento consequencialista.....	35
1.2.1. O que são “consequências”?.....	35
1.2.1.1. Consequência em relação à norma isoladamente considerada (interna e externa)	35
1.2.1.2. Consequências em relação à ordem jurídica.....	38
1.2.1.2.1. Consequências internas à ordem jurídica (consequências como implicações)	39
1.2.1.2.2. Consequências externas à ordem jurídica.....	42
1.2.1.3. Relação entre consequências internas às normas, externas às normas, internas à ordem jurídica e externas à ordem jurídica	49
1.2.1.4. Delimitando o sentido de consequência externa em relação à ordem jurídica.....	50
1.2.2. Consequencialismo de primeira ordem e de segunda ordem.....	52
1.2.2.1. Consequencialismo de primeira ordem (interpretação e aplicação do direito)	52
1.2.2.2. Consequencialismo de segunda ordem (metacritério decisório): teoria das capacidades institucionais e pragmatismo jurídico	67

1.3. O consequencialismo judicial admissível: primazia da dogmática jurídica e transparência argumentativa	76
1.3.1. Primazia da dogmática jurídica	79
1.3.1.1. Critérios de admissibilidade e seleção de consequências externas.....	85
1.3.1.2. Primazia da dogmática jurídica, valor e utilidade.....	91
1.3.2. Transparência argumentativa	97

Capítulo 2

CONSEQUENCIALISMO E PROCESSO: APROXIMAÇÕES PRELIMINARES	101
2.1. Consequencialismo e instrumentalidade do processo	101
2.1.1. Considerações críticas.....	105
2.2. Consequencialismo e análise econômica do processo civil	112
2.2.1. Considerações críticas.....	124
2.3. Consequencialismo e processo estrutural ou de interesse público.....	134
2.3.1. Considerações críticas.....	141
2.4. Consequencialismo e a Lei nº 13.655/2018.....	149
2.4.1. Breves antecedentes do consequencialismo no direito positivo brasileiro	153
2.4.2. O artigo 20 da LINDB e o consequencialismo no direito positivo brasileiro	155
2.4.3. Princípios jurídicos e valores jurídicos abstratos	158
2.4.4. Consequências práticas.....	163
2.5. Consequencialismo e norma processual	174
2.5.1. Princípios jurídicos, princípios processuais e devido processo legal.	175
2.5.2. Devido processo legal e estado de coisas processual.....	181
2.5.3. Consequencialismo, princípios e regras processuais.....	186
2.5.4. Consequencialismo e nulidades processuais.....	192
2.5.5. Consequencialismo, execução e efetivação de decisões judiciais.....	194
2.5.6. Consequencialismo e tutelas de urgência	200
2.5.7. Consequencialismo e acesso à justiça: o tema da litigância predatória.....	204
2.5.8. Consequencialismo, poderes diretivos e estratégia processual	209
2.5.9. Interpretação consequencialista <i>versus</i> interpretação consequente e engajada: distinções necessárias.....	219
2.6. Conclusões provisórias do capítulo	225

Capítulo 3

CONSEQUÊNCIA, PROVA E MOTIVAÇÃO	229
3.1. Considerações metodológicas preliminares.....	229
3.1.1. Instâncias judiciais superiores e inferiores: um esclarecimento necessário	231
3.2. O debate contemporâneo sobre direito probatório: considerações gerais....	232
3.3. Verdade e probabilidade	237
3.3.1. A busca pela verdade no processo judicial	237
3.3.2. Verdade como correspondência.....	243
3.3.3. Da verdade à probabilidade (lógica)	246
3.3.3.1. Probabilidade matemática, estatística ou quantitativa.....	249
3.3.3.2. Probabilidade lógica ou indutiva.....	251
3.3.3.3. Probabilidade lógica e raciocínio indutivo.....	254
3.4. Tarifação, livre convencimento e valoração racional da prova: do subjetivo ao objetivo	256
3.5. Raciocínio probatório e modelo objetivo.....	259
3.5.1. Valoração racional da prova.....	260
3.5.1.1. Formação do conjunto dos elementos de juízo (relevância, admissibilidade e controle procedimental)	260
3.5.1.2. Valoração da prova	265
3.5.1.3. Tomada de decisão (<i>standard</i> de prova)	267
3.5.2. Fato principal e secundário, prova direta e indireta.....	271
3.5.3. Solidez da inferência probatória (hipótese, meios de prova e critério inferencial)	273
3.5.3.1. Hipótese.....	273
3.5.3.2. Meios de prova	275
3.5.3.3. Critério inferencial.....	277
3.6. Prova e consequência	278
3.6.1. Consequência enquanto fato futuro passível de prova: uma exigência de racionalidade	278
3.6.2. Fato, “construção do caso” e enunciado fático	280
3.6.3. O fato futuro e sua prova no processo	284
3.6.4. Consequência e relevância probatória	291
3.6.5. Iniciativa e momento de alegação e prova da consequência	294
3.7. Prova, ciência e consequência	301
3.7.1. Senso comum e máximas de experiência	305
3.7.2. Prova técnica e prova científica	311

3.7.3. Ciências humanas e juízos de prognose	315
3.7.4. Prova estatística e causalidade genérica.....	320
3.7.5. O problema da <i>junk science</i>	325
3.7.6. A trilogia Daubert-Joiner-Kumho	328
3.7.7. Daubert e prova técnica no direito brasileiro (modelos de educação e de deferência)	336
3.7.8. Testemunho de especialista, <i>amicus curiae</i> e audiência pública.....	339
3.7.9. Prova das consequências externas: entre as máximas de experiência e a prova técnico-científica.....	347
3.8. Motivação e consequência	353
3.8.1. O debate contemporâneo sobre motivação: considerações gerais...	353
3.8.2. Motivação e argumento consequencialista.....	362
3.8.3. Dimensões descritiva e normativa da argumentação consequencialista	364
3.8.4. Motivação, consequência e decisão	370
3.8.5. Vício de motivação	377
CONCLUSÕES.....	381
REFERÊNCIAS	391